



Diário Oficial

do Município de Limoeiro do Norte-CE

DOM

Instituído pelo art. 100 da Lei Orgânica do Município de Limoeiro do Norte, com a nova redação dada pela Emenda 001/2017.

ANO II - Nº 284, DE 11 DE JUNHO DE 2018.

SEÇÃO DO PODER EXECUTIVO

**Secretaria Municipal de Gestão, Finanças,
Orçamentos e Planejamento (SEGEF)**

COMISSÃO DE LICITAÇÕES E PREGÕES

AVISO DE ADENDO A EDITAL DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE - CEARÁ, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, por intermédio Comissão Permanente de Licitações e Pregões, nomeada através da Portaria 143/2017, modificada pela 194/2017, toma público para conhecimento dos interessados o ADENDO ao Edital da Licitação EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 2018.2205-001 SECSA, cujo o Objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE COLETA TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS CLASSE I – PERIGOSOS (MEDICAMENTOS QUE POSSIVELMENTE VENHA A VENCER) DO HOSPITAL MUNICIPAL, JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE DE LIMOEIRO DO NORTE - CEARÁ. O inteiro teor das modificações de que tratam o ADENDO em questão podem ser acessadas na sede da Comissão Permanente de Licitações e Pregões ou através do site do TCE – Tribunal de Contas do Estado do Ceará (www.tce.ce.gov.br). Limoeiro do Norte – Ceara, 08 de junho de 2018. FRANCISCO VALTER NOGUEIRA LIMA - Presidente da Comissão de Licitações e Pregões.

Atos de Associações Cívicas

Associação Unidos para o Progresso

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ASSOCIAÇÃO UNIDOS PARA O PROGRESSO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Unidos Para o Progresso, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Associação Unidos Para o Progresso, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, ora apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório não modificado datado de 31 de março de 2017.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Associação Unidos Para o Progresso, é a responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Tivemos acesso ao relatório da administração e entendemos que encontra-se de forma satisfatória.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Associação Unidos Para o Progresso, é a responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos Controles Internos, que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Associação Unidos Para o Progresso, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação Unidos Para o Progresso, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação Unidos Para o Progresso, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia, de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam



José Maria Lucena,
Prefeito.

João Dilmar da Silva,
Vice-Prefeito.

Juliana de Holanda Lucena,
Secretária Municipal para Assuntos do
Gabinete do Prefeito.

Antônio Jerrivan Filho,
Secretário Municipal de Gestão,
Finanças, Orçamentos e Planejamento.

Deolino Júnior Ibiapina
Secretário Municipal de Saúde.

Maria de Fátima de Holanda dos Santos,
Secretária Municipal de Educação Básica.

Maria Arivan de Holanda Lucena,
Secretária Municipal de Assistência Social e
de Políticas Públicas para Mulheres, Crianças e Ado-
lescentes e Pessoas com Deficiência.

Ítalo Diógenes Holanda Bezerra,
Secretário Municipal de Infraestrutura e
Serviços Públicos.

Davi Alves de Lima,
Secretário Municipal de Cultura, Desportos
e Juventude.

Éderson Cleyton da Costa Castro,
Secretário Municipal de Atividades Econômicas,
Recursos Hídricos e Energéticos e Meio Ambiente.

Alane de Holanda Nunes Maia,
Secretária Municipal de Urbanismo (Titular).

Edvaldo Alves Barbosa,
Secretário Municipal de Urbanismo (Substituto).

Eriano Marcos Araújo da Costa,
Procurador Geral do Município.

Composição, Produção e Edição

Daniel da Silva Freitas,
Chefe do Departamento de Tecnologia da
Informação.



**Diário Oficial do Município de
Limoeiro do Norte**

End.: Rua Cel. Antonio Joaquim, 2121 - Centro
Limoeiro do Norte - Ceará
Fone: (88) 2142-0880

Email: diario.oficial@limoeirodonorte.ce.gov.br

influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os Controles Internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos Controles Internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos Controles Internos da Associação Unidos Para o Progresso.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis, e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação Unidos Para o Progresso.
- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação Unidos Para o Progresso a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos Controles Internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 23 de abril de 2018

R&R AUDITORIA E CONSULTORIA
CRC/MG nº 5.198-02
CVM 8460

ASSOCIAÇÃO UNIDOS PARA O PROGRESSO
Balanco Patrimonial
para os exercicios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em reais)

ATIVO	Notas	2017	2016	PASSIVO	Notas	2017	2016
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixas e Equivalentes	3	58.677	51.293	Fornecedores			
Despesas antecipadas		732	1.146	Obrig. tributárias e Trabalhistas	937		
Outros Créditos		100	1.162	Outras Obrigações		950	729
				Provisões de férias e encargos	5	4.865	6.551
				DFC's a Pagar	6	27.314	258
		<u>59.508</u>	<u>53.601</u>			<u>34.066</u>	<u>7.539</u>
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7		
PERMANENTE				Patrimônio social		169.790	344.333
Imobilizado	4	127.348	125.185	Reserva de doações		1.457	1.457
				Superávit (déficit) acumulados		(18.457)	(174.543)
						<u>152.790</u>	<u>171.247</u>
TOTAL DO ATIVO				TOTAL DO PASSIVO			
		<u>186.856</u>	<u>178.786</u>			<u>186.856</u>	<u>171.506</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO UNIDOS PARA O PROGRESSO
Demonstração do Superávit/Déficit
para os exercicios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em reais)

	Notas	2017	2016
RECEITAS OPERACIONAIS			
Subsidio do ChildFund Brasil	8	441.139	562.996
Ajuda Especial do ChildFund Brasil	8	45.179	2.541
Subvenções	8	27.468	24.751
Trabalho voluntário	13	14.514	11.585
Isenção do INSS	11	34.478	42.463
Receita Financeira		5.208	-
Outras receitas		10.169	9.045
		<u>578.154</u>	<u>653.381</u>

DESPESAS OPERACIONAIS		
Pessoal e encargos	(119.956)	(146.525)
Materiais para programas	(156.950)	(264.338)
Serviços de terceiros	(173.435)	(262.900)
Trabalho voluntário	13 (14.514)	(11.585)
Isenção do INSS	11 (34.478)	(42.463)
Depreciação	(17.886)	(14.849)
Despesas gerais	(75.364)	(105.392)
Despesas bancárias	(2.093)	(1.977)
Despesas de manutenção	(594.676)	(850.029)
RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS		
Receitas financeiras		22.105
Valor residual líquido imobilizado baixado	(1.935)	
	(1.935)	22.105
Superávit (déficit) do exercício	(18.457)	(174.543)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO UNIDOS PARA O PROGRESSO
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em reais)

	Patrimônio Social	Reserva de Doação	Superávit acumulado	(Déficit)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	158.395	1.457	185.938		345.790
Incorporação ao Patrimônio Social	185.938	-	(185.938)		-
Ajustes do exercício	-	-	-	-	-
Reserva de Doação	-	-	-	-	-
Superavit/Déficit do exercício	-	-	(174.543)		(174.543)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	344.333	1.457	(174.543)		171.247
Incorporação ao Patrimônio Social	(174.543)		174.543		-
Ajustes do exercício	-	-	-	-	-
Reserva de Doação	-	-	-	-	-
Superavit/Déficit do exercício	-	-	(18.457)		(18.457)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	169.790	1.457	(18.457)		152.790

ASSOCIAÇÃO UNIDOS PARA O PROGRESSO
Demonstração dos Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em reais)

	2017	2016
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES		
Superavit/Déficit do exercício	(18.457)	(174.543)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	17.886	14.849
Baixa de ativos imobilizado	1.935	259
Provisão para perda de imobilizado	1.365	(159.435)
Redução (aumento) nos ativos:		
Outros créditos	1.062	(1.135)
Despesas Antecipadas	414	(247)
	1.476	(1.382)
Aumento (redução) nos passivos:		
Contas a pagar a fornecedores		
Obrigações trabalhistas	937	(279)
Outras Obrigações	220	(9.862)
Provisões de férias e encargos	(1.686)	433
Outras Contas a Pagar	27.055	258
	26.527	(9.449)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	29.368	(170.267)
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao ativo permanente	(21.984)	(28.333)
Recursos de terceiros utilizados na compra de ativo imobilizado	-	-
	(21.984)	(28.333)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos captados a longo prazo	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	-
Ingresso de capital	-	-
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS E DE FINANCIAMENTO		
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	7.384	(198.600)
Disponibilidades no início do exercício	51.293	249.892
Disponibilidades no final do exercício	58.677	51.293
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(7.384)	198.599

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO UNIDOS PARA O PROGRESSO

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2017 (Valores expressos em reais)

1. INFORMAÇÃO SOBRE A ENTIDADE

Associação Unidos para o Progresso é uma Sociedade Civil, sem fins lucrativo de caráter filantrópico, regida por estatuto social e legislação aplicável. Sua finalidade é a assistência social, no Sítio Espinho, no Município de Limoeiro do Norte - CE, bem como a prestação de serviços de assistência social a todo o público que necessitar.

Atua na área de assistência social às famílias do Sítio Espinho, no Município de Limoeiro do Norte - CE está inscrita no conselho Municipal de Assistência Social, no Conselho de Assistência Social Federal (Cebas), no Fichário Central de Obras Sociais em 23/09/2009, tem registro de Utilidade Pública Federal desde 13/01/2014, e é inscrita no Conselho de Assistência Social Municipal (Conselho da Criança e Adolescente)

Mantida pelo sistema de apadrinhamento do ChildFund Brasil e de doações especiais de grupos de pessoas ou empresas, a Entidade não faz distinção de raça, cor, credo religioso ou político. É administrada por uma Assembleia Deliberativa, por um Conselho Fiscal com o mandato de 02 (dois) anos, formado por membros da comunidade.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO E PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas. A Entidade esta sujeita ainda à observância da Norma Brasileira de Contabilidade, NBC ITG 2002 Entidade sem finalidade de lucros do Conselho Federal de Contabilidade.

a. Receitas e despesas

As receitas oriundas de doações, subvenções e contribuições são registradas conforme determina a NBC ITG 2002 (Entidades Sem Finalidades de Lucros), mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e despesas necessárias à manutenção de suas atividades são registradas pelo regime contábil da competência. As receitas de doações, subvenções e contribuições, recebidas para aplicação específica, mediante constituição ou não de fundos, são registradas em contas próprias, segregadas das demais contas da Entidade.

b. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

d. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

A Entidade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada oportunamente e ajustada se necessário.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou

perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado em que o ativo foi baixado.

e. Reconhecimento dos trabalhos voluntários

Os trabalhos voluntários (receitas e despesas), inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, são reconhecidos pelo valor justo da prestação dos serviços como se tivessem ocorrido os desembolsos financeiros.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A posição de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	2017	2016
Caixa	0	8
Bradesco		
Caixa Econômica Federal – ChildFund Brasil	58.677	51.172
Caixa Econômica Federal- Outras verbas	0	113
Total	51.293	51.293

4. IMOBILIZADO

A composição do Imobilizado, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	Taxa de depreciação ao ano %	2017	2016
Terrenos		3.500	3.500
Prédios	4%	70.707	70.707
Computadores e periféricos	20%	19.475	14.915
Maquinas e Equipamentos	10%	62.638	52.669
Móveis e Utensílios	10%	22.802	18.695
Veículos	20%	32.455	32.455
Acervo para biblioteca	10%	1.519	1.519
Construção em andamento		-	-
		213.096	194.460
Depreciação acumulada		-85.749	69.276
Total do Imobilizado		127.347	125.184

A movimentação do imobilizado durante os exercícios de 2017 e 2016, está demonstrada a seguir:

	Terrenos	Prédios	Construção em andamento	Maquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Computadores e Periféricos
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.500	16.799	40.709	19.898	8.811	3.489
Adições	-	40.709	-	15.373	4.949	7.710
Baixas	-	-	(40.709)	-	(452)	-
Depreciação	-	(1.742)	-	(4.226)	(1.110)	(1.687)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.500	55.765	-0-	31.045	12.198	9.516
Adições				10.509	4.699	6.776
Baixas			-0-	(26)	(423)	(1.486)
Depreciação		(2.827)		(5.063)	(1.464)	(2.704)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		52.938	-0-	36.465	15.010	12.102

5. PROVISÕES DE FÉRIAS E ENCARGOS

Provisão de férias e encargos apresentam a seguinte composição, em 31 de dezembro:

	2017	2016
Provisão de férias	4.463	6010
FGTS sobre férias	357	481
PIS sobre férias	45	60
Total	4.865	6.551

6. DFC'S (DESIGNATED FUND CERTIFICATE) A REPASSAR

A Entidade recebeu do ChildFund Brasil valores de DFC's, presentes de padrinhos destinados à crianças (afilhados), os quais foram contabilizados em conta patrimonial do passivo circulante, conforme a seguir:

	2017	2016
Saldo anterior	259	-0-
DFC's recebidos destinados às Crianças	163.089	171.360
DFC's repassados às Crianças	136.034	171.101
Total a Repassar	27.314	259

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Os resultados dos períodos são mantidos na rubrica "Superávit/Déficit acumulado" e são transferidos para a conta de Patrimônio Social após a aprovação da administração. Em 2017, foi aprovada pela administração a incorporação do superávit no montante de R\$ 174.543 referente ao resultado apurado em 2016.

O superávit ou déficit apurado em 2017 no valor de R\$ (18.457) será objeto de provação para incorporação no exercício seguinte.

8. DOAÇÕES E SUBVENÇÕES

A Entidade recebeu doações e subvenções, durante o exercício, registradas em contas de receita da seguinte forma:

	2017	2016
Subsídios do ChildFund Brasil	441.139	565.537
Subvenções e doações públicas	27.468	
Ajuda Especial do ChildFund Brasil	45.178	2.541
*Trabalho voluntário	14.514	9.950
Isenção INSS Patronal	34.478	42.463
Outras receitas operacionais	15.377	53.359
Doações e subvenções	578.154	673.850

9. GRATUIDADES

As gratuidades oferecidas à comunidade carente são registradas segregadamente por Custos e Despesas, excetuando-se as despesas com depreciação, Contribuições sociais-INSS Quota isenta e Despesas Financeiras, estando suportadas por documentação hábil.

Entidade atendo ao disposto no Decreto nº 8.242/2014 e Resolução nº 188, de 20 de outubro de 2005, tendo concedido gratuidades em 2017 no montante de R\$ 529.733 (R\$ 791.081 em 2016).

	2017	2016
Despesas operacionais e não operacionais	596.611	848.393
Contrib. Sociais – INSS Quota Isenta	(34.478)	(42.463)
Despesas com depreciação	(17.886)	(14.849)
Trabalho Voluntário	(14.514)	
Gratuidades	529.733	791.081

10. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade mantinha cobertura de seguro para seus imóveis, com cobertura contra incêndio e outros, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

11. ISENÇÃO DE TRIBUTOS - INSS

A isenção das contribuições sociais, usufruída no ano de 2017, em função da entidade possuir certificado de entidade de fins filantrópicos, está registrada em contas de resultado e totalizou R\$ 34.478 em 2016 (R\$ 42.463 em 2016).

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado, conforme descrito abaixo.

Em 31 de dezembro de 2017, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

► Caixa e equivalentes de caixa - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

13. TRABALHO VOLUNTÁRIO

São basicamente divididos em dois grupos, Governança e Grupos de traba-

lho. Na Governança são classificados os trabalhos voluntários do Conselho Administração e Fiscal. Nos Grupos de trabalho são classificados os demais trabalhos voluntários. Os trabalhos voluntários do Grupo Governança foram mensurados com base nos valores praticados por esses profissionais no mercado para o cargo de e no Grupo de trabalho com base nos valores pagos aos serviços contratados pela entidade.

Governança

Descrição	2017	2016
Quantidade de horas	185	198
Valor h/h	8,52	23,31
Valor total - R\$	1.576	4.596

Grupo de trabalho

Descrição	2017	2016
Quantidade de horas	2.028	1.526,08
Valor h/h	6,38	4,58
Valor total - R\$	12.938	6.989
TOTAL	4.514	11.585

SEÇÃO DO PODER LEGISLATIVO

SEM ATOS OFICIAIS DO PODER LEGISLATIVO



CÂMARA MUNICIPAL DE
LIMOEIRO DO NORTE

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE

Geneziano de Sousa Martins,
Presidente.

Heraldo de Holanda Guimarães,
1º Secretário.

João Gledson Barreto de Oliveira,
Diretor de Secretaria.

José Valdir da Silva,
1º Vice Presidente.

Washington de Moura Lopes,
2º Secretário.

Elizângela Santos dos Reis,
Secretária.

Carlos Marcos de Sousa Nunes,
2º Vice Presidente.

Nikerly Almeida Rodrigues,
Chefe de Gabinete.
(Responsável pelas publicações do Poder Legislativo)